
PROCESSO Nº: 21006/2018-3**RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO PAULO CÉSAR DE SOUZA****NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO****INTERESSADO: JOSÉ JUVENIL TEIXEIRA****MUNICÍPIO: AMONTADA****UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****EXERCÍCIO: 2013 (PERÍODO DE 01.01.2013 A 31.12.2013)**

RELATÓRIO

Trata-se da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada, exercício de 2013 (período: 01.01.2013 a 31.12.2013), de responsabilidade do Sr. José Juvenil Teixeira, cujo valor da despesa orçamentária empenhada foi de R\$ 32.461.901,79 (trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e um reais e setenta e nove centavos).

2. Em sua análise inicial, a 6ª Inspetoria do extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (Informação Inicial nº 2518/2015) apontou as seguintes irregularidades:

(1) Divergências entre as informações relacionadas às despesas orçamentárias (empenhada, paga e a pagar) cadastradas no Sistema de Informações Municipais -SIM e as informadas no Anexos XII e XIII desta Prestação de Contas, repercutindo nos resultados do Balanço Orçamentário;

(2) Valores consignados (Contribuições Previdenciárias ao RPPS, Empréstimo – BB e Empréstimo – CEF) e repassados a menor;

(3) Valores consignados (Consignações - INSS e Consignações ISS) e repassados a maior;

(4) Despesas realizadas em desacordo com o disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 8.666/93;

(5) Despesas realizadas em desacordo com o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

(6) Impossibilidade de verificar a regularidade do saldo financeiro inicial;

(7) Impossibilidade de verificar a regularidade do saldo financeiro final, repercutindo nos resultados dos Balanços Financeiro e Patrimonial.

3. No que se refere às Obras e Serviços de Engenharia declarou que, em cumprimento às diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Fiscalização, não houve inspeção *in loco* nessa unidade gestora no período em análise.

4. Em observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, os Srs. José Juvenil Teixeira, José Arteiro Teixeira Queiroz Neto e Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota foram notificados para que pudessem apresentar justificativas e documentos visando elidir todas as incorreções verificadas ao longo da instrução processual.

5. Dos esclarecimentos apresentados, o órgão técnico concluiu (Certificados nº 00350/2018 e nº 245/2019), com exceção do disposto no item (6) acima, que foi considerado sanado, pela permanência das irregularidades apontadas.

6. Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas (Pareceres n.º 843/2019 e n.º 3707/2019-MpjuntoTCE) sugeriu que o Relator determinasse a devolução dos autos à unidade técnica para “instrução conclusiva do feito, com vistas a possibilitar a formação de juízo de mérito sobre as presentes contas, compreendendo, necessariamente, o exame dos aspectos quantitativo e qualitativo da gestão e se foram observados os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público”. Requerendo ainda que o setor de instrução se pronunciasse conclusivamente se as contas, a seu juízo, estariam aptas a serem julgadas, emitindo opinião se estavam regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

7. Em razão da Emenda Constitucional n.º 92/2017, publicada no DOE de 21/08/2017, a qual extinguiu o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, os autos foram redistribuídos ao Conselheiro-Substituto Paulo César de Souza.

É o Relatório.

VOTO

Tomando por base o Relatório acima, bem como a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, constataram-se irregularidades na Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada, exercício de 2013 (período: 01.01.2013 a 31.12.2013), de responsabilidade do Sr. José Juvenil Teixeira.

2. **(1) Divergências entre as informações relacionadas às despesas orçamentárias (empenhada, paga e a pagar) cadastradas no Sistema de Informações Municipais -SIM e as informadas no Anexos XII e XIII desta Prestação de Contas, repercutindo nos resultados do Balanço Orçamentário**

3. Em sua análise inicial, a unidade técnica apontou a existência das inconsistências relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Confronto entre as despesas orçamentárias cadastradas no SIM e a informada nos anexos desta PCS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1101 Fundo Municipal de Educação

	Despesa Orçamentária Empenhada (R\$)	Despesa Orçamentária Paga (R\$)	Despesa Orçamentária a Pagar (R\$)
SIM	32.437.951,62	30.720.376,60	32.437.951,62
Anexos PCS	32.461.901,79	30.730.845,05	30.720.376,60
Diferença	22.950,17	10.468,45	1.717.575,02

Fonte: Informação Inicial nº 2518/2015 (Seq. 29, fls. 10-11)

4. Foram chamados a apresentar esclarecimentos sobre essa questão o Sr. José Juvenil Teixeira, gestor do Fundo à época dos fatos e o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota, representante legal da empresa Maxdata Informática e Processamento de Dados Ltda., responsável pela contabilidade da unidade gestora.

5. Em sede de reexame, e ante a ausência de manifestação do Sr. José Juvenil Teixeira, o órgão técnico posicionou-se no sentido que a inserção de dados no SIM era de competência exclusiva do mencionado gestor, não cabendo responsabilização ao Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota.

6. Isto posto, considerou a ocorrência como “não sanada”, classificando-a como “descumprimento formal de natureza não grave, sem dano ao Erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso X”.

7. Nesse contexto, tendo em vista que a diferença identificada pelo órgão instrutivo demonstra uma fragilidade no controle interno municipal, acompanho a unidade técnica no tocante à irregularidade da ocorrência, bem como à responsabilização e posiciono-me pela aplicação de multa ao Sr. José Juvenil Teixeira, com fundamento no art. 56, X da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 1.278,21 (um mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos).

8. **(2) Valores consignados (Contribuições Previdenciárias ao RPPS, Empréstimo – BB e Empréstimo – CEF) e repassados a menor**

9. A partir do confronto entre as consignações das receitas e das respectivas despesas extraorçamentárias, foi verificado pelo órgão técnico que alguns **valores consignados não foram repassados em sua totalidade**, a saber:

Quadro 2 – Valores consignados e repassados a menor pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada (2013)

Descrição	Receita (R\$)	Despesa (R\$)	Diferença (R\$)
Contribuições Previdenciárias ao RPPS	1.892.863,99	1.602.357,96	290.506,03
Empréstimos - BB	580.662,88	189.447,16	391.215,72
Empréstimos - CEF	36.282,88	22.724,79	13.558,09

Fonte: Balanço Financeiro (Seq. 8) e Informação Inicial nº 2518/2015 (Seq. 29, fl. 12)

10. Aqui, é relevante ressaltar que se tratam de ingressos extraorçamentários, que não se incorporam ao patrimônio da entidade, apenas transitam momentaneamente por ele, devendo ser restituídos ao proprietário. Nessa vertente, o administrador público não pode dispôr desses recursos.

11. A unidade técnica, quando do reexame do feito, destacou que, embora o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota tenha apresentado defesa acerca desta ocorrência, sua responsabilização não era cabível, uma vez que o repasse de natureza extraorçamentária era de competência exclusiva do gestor, no caso o Sr. José Juvenil Teixeira.

12. Tendo em vista que o mencionado gestor não se manifestou nos autos, o órgão técnico considerou a ocorrência como “nãos sanada”, classificando-a como “descumprimento formal de natureza grave, sem dano ao erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso II” da Lei nº 12.160/93.

13. Nesse contexto, uma vez que não existem nos autos esclarecimentos ou documentos que possam comprovar que os valores em questão foram efetivamente repassados a quem de direito, e tendo em vista a alta monta do total dos recursos pendentes de repasse, no caso R\$ 695.279,84 (seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), posiciono-me no sentido de que seja aplicada multa ao Sr. José Juvenil Teixeira, no valor de R\$ 21.303,60 (vinte e um mil, trezentos e três reais e sessenta centavos), com fundamento no art. 56, II da Lei nº 12.160/93, destacando-se que esta ocorrência, por si só, é capaz de ensejar o julgamento irregular das contas.

14. Ademais, proponho que seja recomendado à atual gestão do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada que efetue os repasses referentes às consignações, de preferência, dentro do exercício financeiro ao qual pertencem, a fim de que seja realizada uma boa gestão fiscal.

15. **(3) Valores consignados (Consignações - INSS e Consignações ISS) e repassados a maior**

16. Também foi observada pela unidade técnica a existência de **repasse a maior de valores consignados**, conforme demonstrado na sequência:

Quadro 3 – Valores consignados e repassados a maior pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada (2013)

Descrição	Receita (R\$)	Despesa (R\$)	Diferença (R\$)
Consignações - INSS	664.076,47	705.788,21	(41.711,74)
Consignações - ISS	49.981,95	50.449,43	(467,48)
Consignações - IRRF	193.100,98	204.222,54	(11.121,56)

Fonte: Balanço Financeiro (Seq. 8) e Informação Inicial nº 2518/2015 (Seq. 29, fl. 12)

17. Diante do fato de o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota ter sido o único a manifestar-se acerca deste item, a unidade técnica ressaltou a impossibilidade de responsabilizá-lo, uma vez que o repasse de natureza extraorçamentária competia apenas ao Sr. José Juvenil Teixeira, então gestor do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada à época dos fatos.

18. Sendo assim, considerou a ocorrência como “nãos sanada”, classificando-a como “descumprimento formal de natureza grave, sem dano ao erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso II” da Lei nº 12.160/93.

19. A princípio, é válido salientar que, após consultar os documentos integrantes desta Prestação de Contas de Gestão, foi possível observar que no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de Amontada referente ao exercício de 2013 (Seq. 8) consta um saldo do exercício anterior relativo às contas **INSS a Compensar, ISS a Compensar e IRRF a Compensar** nos montantes de R\$ 81.851,51 (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais), R\$ 70.508,45 (setenta mil, quinhentos e oito reais e quarenta e cinco centavos) e R\$ 19.343,04 (dezenove mil, trezentos e quarenta e três reais e quatro centavos), respectivamente.

20. Dessa forma, restam justificados os repasses a maior, no exercício em análise, das rubricas apontadas no Quadro 3 acima.

21. **(4) Despesas realizadas em desacordo com o disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 8.666/93**

22. No decorrer de sua análise, a unidade técnica apontou que os empenhos abaixo relacionados referiam-se a despesas realizadas em desacordo com o art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, uma vez que se constatou a omissão dos procedimentos licitatórios pertinentes no SIM.

Quadro 4 – Notas de empenho cadastradas no SIM sem a identificação do procedimento licitatório que respaldou à realização das referidas despesas

Credor: Elarol Construções Locações e Serviços Ltda.				
Número do Empenho	Data	Elemento de Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Descrição
P1001172	01.10.2013	33903300	17.655,88	Locação de veículos destinados ao

				transporte escolar de alunos do ensino médio.
P1101049	01.11.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinado ao transporte de alunos do ensino fundamental (complementação ao empenho nº P1001247).
P1101051	01.11.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinados ao transporte escolar de alunos do ensino médio (complementação ao empenho nº P0306001).
P1101113	01.11.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinado ao transporte de alunos do ensino fundamental (complementação ao empenho nº P1101049).
P1202051	02.12.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinados ao transporte escolar de alunos do ensino médio (complementação ao empenho nº P1101051).
P1202234	02.12.2013	33903300	14.222,73	Locação de veículos destinado ao transporte de alunos do ensino fundamental (complementação ao empenho nº P1101113).
P1202235	02.12.2013	33903300	18.230,02	Locação de veículos destinados ao transporte escolar de alunos do ensino médio (complementação ao empenho nº P1202051).
Total: R\$ 810.108,63				
Credor: Amontada Construções e Locações Ltda.				
Número do Empenho	Data	Elemento de Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Descrição
01080027	01.08.2013	33903999	20.000,00	Locação de carro limpa-fossa.
P1101130	01.11.2013	33903999	22.000,00	Locação de carro limpa-fossa (complementação ao empenho nº P801030).
Total: R\$ 42.000,00				

Fonte: Informação Inicial nº 2518/2015 (fls. 14-15)

23. Sendo assim, solicitou que fossem encaminhados os seguintes documentos, caso existentes: extrato de publicação do edital, relatórios dos certames, termos de adjudicação e homologação, acompanhados das respectivas publicações.

24. A unidade técnica, ao proceder ao reexame do feito, passou a tratar da questão como uma “falha/omissão de registro no SIM”, destacando que os campos destinados aos registros dos processos licitatórios inerentes às despesas tratadas no Quadros 4 não haviam sido preenchidos.

25. Ante a ausência de manifestação do gestor nos autos, o órgão técnico considerou a ocorrência como “não sanada”, e as classificou como “descumprimento formal de natureza

não grave, sem dano ao erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso X” da Lei nº 12.160/93.

26. Quanto a este ponto, considero pertinente destacar, a princípio, que o Manual do Sistema de Informações Municipais para o exercício financeiro de 2013, aprovado pela Instrução Normativa nº 02/2012 do extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM/CE, estabeleceu que, quando da inclusão das informações referentes às notas de empenho emitidas pelos municípios cearenses, deve ser informado o número e o tipo do processo administrativo para a aquisição dos bens ou serviços constantes da referida nota de empenho.

27. Dessa forma, verifica-se que a inclusão dessas informações no mencionado sistema é uma obrigação do ente municipal. No entanto, a ausência de registro no SIM dos procedimentos licitatórios referentes aos empenhos apresentados no Quadro 4 acima não é, a meu ver, condição suficiente para comprovar que as despesas se deram em desacordo com a Constituição Federal e com a Lei nº 8.666/93, conforme apontou inicialmente a unidade técnica.

28. Aqui, o que resta demonstrado é o desatendimento ao disposto na Instrução Normativa em questão, uma vez que o mencionado normativo determinava que tais informações deveriam ser apresentadas quando da inclusão dos dados das notas de empenho no SIM. Contudo, em nenhum momento do desenvolvimento processual o gestor foi chamado a apresentar justificativas sobre essa questão, motivo pelo qual, com as devidas vênias à unidade técnica, afasto sua incidência para fins de julgamento das presentes contas.

29. Por outro lado, há que se registrar que o responsável foi demandado a encaminhar a esta Corte documentação que pudesse vir a comprovar se as despesas ora tratadas foram efetivamente antecedidas pelos devidos procedimentos licitatórios (Quadro 4) e não o fez, caracterizando, portanto, descumprimento à diligência do relator.

30. Sendo assim, posiciono-me pela aplicação de multa ao Sr. José Juvenil Teixeira, com fundamento no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 2.130,36 (dois mil, cento e trinta reais e trinta e seis centavos), tendo em vista o não encaminhamento, sem causa justificada, da documentação solicitada pelo relator do feito.

31. **(5) Despesas realizadas em desacordo com o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93**

32. Também foi abordada pela unidade técnica a omissão, no SIM, da identificação dos contratos relacionados na sequência, o que a levou a concluir que as despesas haviam sido realizadas em desacordo com o art. 62 da Lei nº 8.666/93.

Quadro 5 - Notas de empenho cadastradas no SIM sem a identificação do contrato que respaldou à realização das referidas despesas

Credor: Elarol Construções Locações e Serviços Ltda.				
Número do Empenho	Data	Elemento de Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Descrição
P1001247	01.10.2013	33903300	150.000,00	Locação de veículos destinado ao

				transporte de alunos do ensino fundamental
P1101049	01.11.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinado ao transporte de alunos do ensino fundamental
P1101051	01.11.2013	33903300	190.000,00	Locação de veículos destinados ao transporte escolar de alunos do ensino médio

Fonte: Informação Inicial nº 2518/2015 (fl. 16)

33. Conforme apontado no item anterior **(4)**, o órgão técnico, em sede de reexame, passou a tratar da questão como uma “falha/omissão de registro no SIM” e ressaltou o fato de que os campos destinados à identificação dos contratos relacionados às despesas informadas no Quadros 5 não haviam sido preenchidos.

34. É válido registrar que o gestor não apresentou defesa sobre a questão. Assim, como ocorreu quando da análise do item **(4)**, a unidade técnica considerou a ocorrência como “não sanada”, e a classificou como “descumprimento formal de natureza não grave, sem dano ao erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso X” da Lei nº 12.160/93.

35. Aqui, consoante argumentação já apresentada no item **(4)**, destaca-se o dever que o ente municipal tem de, quando da inclusão no SIM das informações referentes às notas de empenho emitidas, informar o número do contrato que respaldou a despesa efetuada pela unidade gestora.

36. A meu ver, a não indicação dos contratos no SIM não significa, por si só, que as despesas destacadas no Quadro 5 se deram em desacordo com o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93. Trata-se de indício, fragilidade que deveria ser considerada quando da atuação fiscalizadora da Corte de Contas competente, à época, o TCM/CE.

37. O que, de fato, verifica-se nos autos é o desatendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02/2012 do extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, que aprovou o Manual do Sistema de Informações Municipais para o exercício financeiro de 2013. No entanto, em nenhum momento do desenvolvimento processual o gestor foi chamado a apresentar justificativas sobre essa questão, motivo pelo qual, com as devidas vênias à unidade técnica, afasto sua incidência para fins de julgamento das presentes contas.

38. **(6) Impossibilidade de verificar a regularidade do saldo financeiro inicial**

39. Em seu exame, a unidade técnica pontuou a impossibilidade de atestar a regularidade do saldo financeiro inicial (R\$ 1.371.310,05 – um milhão, trezentos e setenta e um mil, trezentos e dez reais e cinco centavos), uma vez que foram identificadas divergências entre os valores registrados no Balanço Financeiro, no Termo de Conferência de Caixa, nos extratos e nas conciliações bancárias acostados aos autos, conforme demonstrado na sequência.

Quadro 6 - Divergências entre os valores informados no Balanço Financeiro como saldo do exercício anterior (2012) e o montante existente nas respectivas contas bancárias em 01.01.2013

Conta nº	Balanço Financeiro (R\$)	Extrato c/c Conciliação e Extratos (R\$)	Divergências (R\$)
6.851-9	307.985,85	416.946,04	(108.960,19)
8.374-7	5.601,62	3.526,20	2.075,42
9.639-3	509.919,91	498.402,24	11.517,67
18.333-4	333.489,58	350.138,77	(16.694,19)

Fonte: Informação Inicial nº 2518/2015 (Seq. 29, fl. 20)

40. Ao pronunciar-se novamente nos autos, o órgão instrutivo colocou que o montante referente ao saldo inicial demonstrado no Balanço Financeiro equivalia ao saldo financeiro final do exercício anterior, o qual havia sido analisado no âmbito do Processo nº 12138/13 (Informação Complementar nº 7623/2014), motivo pelo qual a questão não seria tratada neste processo a fim de evitar o *bis in idem*. Sendo assim, considerou a ocorrência em questão como “sanada”.

41. No tocante a este item, é válido destacar, a princípio, que o valor do “Saldo do exercício anterior” registrado no Balanço Financeiro deve ser correspondente ao “Saldo para o exercício seguinte” indicado no referido demonstrativo do ano imediatamente anterior.

42. No entanto, a responsabilização acerca de eventual diferença encontrada entre o montante registrado como “Saldo do exercício anterior” no Balanço Financeiro e os valores existentes no banco no início do ano não recairia, a princípio, sobre o gestor que veio a assumir a Pasta, uma vez que tais valores estariam na competência da gestão anterior. À gestão sucessora caberia a correção, ao longo do ano, de qualquer divergência identificada, ação esta que deve ser devidamente evidenciada nos demonstrativos contábeis quando do encerramento do exercício.

43. No caso em exame, como não se deu o contraditório e a ampla defesa ao Sr. José Juvenil Teixeira no que concerne à necessidade de ajustes das divergências identificadas, opto por não responsabilizá-lo acerca desta ocorrência.

44. Contudo, é pertinente ressaltar que, ao consultar a Informação Complementar nº 7623/2014, constante do Processo nº 12138/13¹ acima mencionado, foi possível verificar que a conclusão ali apresentada, ao contrário do que indicou a unidade técnica, foi pela impossibilidade de constatar os saldos financeiros do exercício de 2012, conforme trecho reproduzido na sequência.

Saldo Final

Ressalta-se que, a ausência das conciliações bancárias foram objetos de análise no item 2 desta Informação, não cabendo, portanto, mais nenhuma manifestação a respeito a fim de se evitar o “bis in idem”.

Ademais, informa-se que, após pesquisa na base de dados desta Corte de Contas, não constatou-se a prestação de contas de Gestão da Unidade Gestora no exercício de 2013 para um possível confronto do saldo em apreço.

1 Prestação de Contas de Gestão do FUNDEB – Município de Amontada, exercício de 2012

Diante do exposto, esta Unidade Técnica fica impossibilitada de constatar os saldos financeiros em apreço. (fl. 18, Informação Complementar nº 7623/2014 – Processo nº 12138/13)

45. Por sua vez, no voto condutor do Acórdão nº 5053/2015, proferido no âmbito do processo em questão (nº 12138/13), o relator do feito, após a análise de extratos bancários enviados pelos responsáveis, considerou sanadas as falhas relacionadas aos saldos financeiros inicial e final inerentes ao exercício de 2012, os quais, vale destacar, apresentaram os valores de R\$ 2.319.952,00 (três milhões, trezentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e dois reais) e R\$ 641.475,43 (seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos), respectivamente.

46. Desse modo, pode se afirmar que o valor do saldo final do exercício anterior ao analisado nestas contas restou reconhecido pelo extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará no montante de R\$ 641.475,43. Ao confrontar este valor com o saldo financeiro inicial do exercício de 2013 apresentado nestas contas, que foi de R\$ 1.371.310,05 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, trezentos e dez reais e cinco centavos), identifica-se uma diferença a maior de R\$ 729.834,62 (setecentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

47. Diante deste cenário, posiciono-me no sentido de que seja recomendado à Secretaria de Controle Externo que avalie a conveniência e a oportunidade de abrir um processo específico com o intuito de apurar a divergência identificada entre o valor do saldo financeiro final do exercício de 2012 e o montante do saldo financeiro inicial do exercício de 2013 do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada.

48. (7) Impossibilidade de verificar a regularidade do saldo financeiro final, repercutindo nos resultados dos Balanços Financeiro e Patrimonial

49. O órgão técnico destacou a **impossibilidade de atestar a regularidade do saldo financeiro final**, em função das divergências abaixo relacionadas:

Quadro 7 - Divergências entre os valores informados no Balanço Financeiro como saldo para o exercício seguinte e o montante existente nas respectivas contas bancárias em 31.12.2013

Conta nº	Balanço Financeiro (R\$)	Extrato c/c Conciliação e Extratos (R\$)	Divergências (R\$)
8.374-7	14.493,49	12.409,51	2.083,98
9.521-4	800,00	2,22	797,78
9.639-3	485.218,50	473.700,83	11.517,67
15.140-8	73.894,50	Omisso	73.894,50
15.139-4	203.987,76	Omisso	203.987,76
14.900-4	91.826,54	Omisso	91.826,54

Fonte: Informação Inicial nº 2518/2015 (Seq. 29, fls. 20-21)

50. O Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota, único a manifestar-se nos autos, alegou que, embora a empresa Maxdata fosse a responsável pelos registros contábeis da

unidade gestora em questão, os demonstrativos indicados não eram de responsabilidade privativa do contador, os quais poderiam ser elaborados por outros profissionais, dada a sua natureza administrativa e financeira. Apontou, também, o envio da conciliação bancária referente à conta nº 9521-4, bem como os avisos de crédito que ensejaram os lançamentos das contas nº 15140-8, 15139-4 e 14900-4. Por fim, informou que as diferenças nas contas nº 8.374-7 e nº 9.639-3 referiam-se ao exercício de 2012.

51. Ao reexaminar o feito, a unidade técnica declarou restar esclarecida e sanada a divergência apontada em relação à conta nº 9.521-4, em virtude da possibilidade de comprovar no SIM o talão de receitas nº P12.17.024, documento este informado na conciliação bancária da referida conta e cujo valor (R\$ 798,47 – setecentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos) corresponde à diferença identificada pelo órgão técnico entre a informação registrada no Balanço Financeiro e o saldo contido no extrato bancário.

52. No tocante às contas nº 15140-8, nº 15139-4 e nº 14900-4, o órgão técnico coloca que a pendência relativa à ausência dos extratos bancários permanece, posto que o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota encaminhou, apenas, os avisos de crédito do FNDE, relacionados na sequência.

Quadro 8 - Créditos do FNDE a serem recebidos pelo município de Amontada

Programa: PAC II – Quadras – Programa de Construção de Quadras Poliesportivas			
Conta nº	Data do Pagamento	Valor (R\$)	Descrição
15.140-8 - BB	02.10.2013	73.894,50	Implant. Adeq. Estruturas Esportivas Escolares
14.139-4 - BB	02.10.2013	203.987,76	Implant. Adeq. Estruturas Esportivas Escolares
Programa: PAR -TD – Plano de Ação Articulada – Transferência Direta			
Conta nº	Data do Pagamento	Valor (R\$)	Descrição
14.900-4 - BB	08.07.2013	37.274,10	Infraestrutura escolar – Equip. Proinfância
14.900-4 - BB	08.07.2013	54.552,44	Infraestrutura escolar – Equip. Proinfância
		91.826,54	

Fonte: Certificado nº 00245/2019 (Seq. 60, fl. 3)

53. No entanto, a inspetoria ressaltou ter verificado, após consulta ao SIM, a compatibilidade do saldo das mencionadas contas e do Balanço Financeiro, razão pela qual posicionou-se pela não imputação de débito nesse caso.

54. Relativamente às contas nº 8374-7 e nº 9639-3, a 3ª Inspeção de Municípios destacou que após análise dos dados no SIM, não ficou comprovado que as diferenças identificadas eram do exercício de 2012, conforme apontou o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota em seus esclarecimentos. Sendo assim, concluiu que o valor do saldo financeiro final não comprovado foi de R\$ 13.601,65 (treze mil, seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos).

55. Desta feita, considerou a ocorrência como “não sanada”, e a classificou como “descumprimento formal/material de natureza grave, (sem/com) dano ao erário, com a indicação da multa prevista no art. 56, inciso II (ato Grave c/c Art. 55 (ato Material – dano ao

erário)” da Lei nº 12.160/93, apontando como responsáveis os Srs. José Juvenil Teixeira (gestor), José Arteiro Teixeira Queiroz Neto (tesoureiro) e Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota (contador).

56. No que concerne às divergências relacionadas aos saldos finais das contas nº 9.521-4, nº 15140-8, nº 15139-4 e nº 14900-4, acompanho o entendimento da unidade técnica. No primeiro caso (conta nº 9.521-4) pelo saneamento da ocorrência, em decorrência do fato de o órgão instrutivo, em sua análise, ter respaldado a informação constante da conciliação bancária relativa ao talão de receitas nº P12.17.024, o que justifica a diferença de valores identificada.

57. No segundo (contas nº 15140-8, nº 15139-4 e nº 14900-4), pelo afastamento do débito, em virtude de a inspetoria, mesmo diante da ausência dos extratos bancários, informar que verificou, após consulta ao SIM, a compatibilidade do saldo das mencionadas contas e do Balanço Financeiro. Aqui, há que se destacar que o não envio dos referidos documentos enseja a aplicação de multa ao Sr. José Juvenil Teixeira, com fundamento no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 2.130,36 (dois mil, cento e trinta reais e trinta e seis centavos).

58. Por fim, relativamente às contas nº 8374-7 e nº 9639-3, considerando que não foram apresentados documentos que demonstrassem que as diferenças de valores identificadas eram referentes a exercício financeiro diverso do analisado nestas contas, conforme pontuou o Sr. Giordano Bruno Araújo Cavalcante Mota, acompanho o posicionamento do órgão instrutivo no sentido de que restou um saldo financeiro para o exercício seguinte não comprovado, no montante de R\$ 13.601,65 (treze mil, seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos).

59. Diante deste cenário, importa registrar que a IN nº 04/1994 do extinto TCM/CE, entendia que, quando os saldos bancários não estavam comprovados por conciliação bancária, implicava a restituição dos valores devidamente corrigidos, *in verbis*:

Art. 11. A não comprovação dos saldos bancários através da conciliação entre os extratos mensais e controles individuais da conta "BANCOS", **implicará restituição devidamente corrigida, ao erário municipal pelo ordenador da despesa**, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

60. Na interpretação da então Corte Municipal, quando o valor constante do extrato bancário era maior que aquele registrado nos demonstrativos contábeis significava uma falha formal que poderia ser facilmente dirimida com a apresentação da conciliação bancária. Por outro lado, em sendo esses valores menores, restaria configurado o dano, dado o indício do desvio do valor.

61. Em razão de todo o exposto, concluo pela imputação de débito no valor de R\$ 13.601,65 a ser atualizado monetariamente, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.160/93.

62. Além disso, por considerar que a falha em análise reflete um descontrole contábil e financeiro, o que prejudica tanto uma melhor análise das contas quanto a transparência e o controle social, bem como é capaz de ensejar, por si só, o julgamento irregular das contas,

posiciono-me aplicação de multa ao Sr. José Juvenil Teixeira, com fundamento no art. 55 da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 1.360,16 (um mil, trezentos e sessenta reais e dezesseis centavos).

63. Ante todo o exposto, apresento a seguir planilha que resume as irregularidades e, consequentemente, as responsabilizações e multas:

Responsável	Cargo	Conduta	Multa/Débito
José Juvenil Teixeira	Ordenador	1. Cadastrar as despesas orçamentárias no SIM em desacordo com os demonstrativos contábeis (item 1)	Multa no valor de R\$ 1.278,21, com base no art. 56, X da Lei nº 12.160/93
		2. Repassar recursos em montante inferior ao que foi consignado (item 2)	Multa no valor de R\$ 21.303,60, com base no art. 56, II da Lei nº 12.160/93
		3. Não atender diligência do Relator para apresentar documentos relativos aos procedimentos licitatórios (item 4)	Multa no valor de R\$ 2.130,36, com base no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93
		4. Não atender diligência do Relator para apresentar extratos bancários (item 7)	Multa no valor de R\$ 2.130,36, com base no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93
		5. Não comprovar o saldo financeiro final do exercício (item 7)	Multa no valor de R\$ 1.360,16, com base no art. 55 da Lei nº 12.160/93, bem como imputação de débito no montante de R\$ 13.601,65

64. Por fim, é válido salientar que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os não evidenciados nos autos, assim como os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas.

65. Desta feita, **voto** no sentido de:

a) sejam **julgadas irregulares** as contas do Sr. José Juvenil Teixeira, responsável pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada, exercício de 2013 (período: 01.01.2013 a 31.12.2013), conforme previsto no art. 13, III, “b” da Lei nº 12.160/93, em razão do disposto nos itens 2 e 7 deste voto;

b) seja **imputado** ao Sr. José Juvenil Teixeira **débito** no valor original de R\$ 13.601,65 (treze mil, seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos), a ser atualizado monetariamente, em razão do saldo no extrato bancário das contas nº 8374-7 e nº 9639-3 ser menor que o saldo constante do Balanço Financeiro;

c) seja **aplicada** ao Sr. José Juvenil Teixeira:

c.1) a **multa** prevista no art. 55 da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 1.360,16 (um mil, trezentos e sessenta reais e dezesseis centavos), em razão do disposto no item 7;

c.2) a **multa** prevista no art. 56, X da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 1.278,21 (um mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos), em razão do disposto no item 1;

c.3) a **multa** prevista no art. 56, II da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 21.303,60 (vinte e um mil, trezentos e três reais e sessenta centavos), em razão do disposto no item 2;

b.3) a **multa** prevista no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 4.260,72 (quatro mil, duzentos e sessenta reais e setenta e dois centavos), em razão do disposto nos itens 4 e 7.

d) seja **autorizada**, desde logo, por questão de economia processual, no caso de não recolhimento da quantia supramencionada e ocorrendo o trânsito em julgado da matéria, a cobrança judicial da dívida através da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, de acordo com o art. 71, XI, § 3º, c/c com o art. 75, ambos da Constituição Federal, o art. 76, § 3º da Constituição Estadual e o art. 156, §3º do Regimento Interno do extinto TCM;

e) seja **recomendado** à atual gestão do Fundo Municipal de Educação do município de Amontada que efetue os repasses referentes às consignações, de preferência, dentro do exercício financeiro ao qual pertencem, a fim de que seja realizada uma boa gestão fiscal;

f) seja **recomendado** à Secretaria de Controle Externo que avalie a conveniência e a oportunidade de abrir um processo específico com o intuito de apurar a divergência identificada entre o valor do saldo financeiro final do exercício de 2012 e o montante do saldo financeiro inicial do exercício de 2013 do Fundo Municipal de Educação do Município de Amontada;

g) seja **comunicado** à responsável que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os fatos não evidenciados nos autos, bem assim os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas; e

h) sejam arquivados os presentes autos, após a comprovação do recolhimento do débito e das multas impostas e o trânsito em julgado da matéria.

Fortaleza, de de 2019.

Paulo César de Souza
Conselheiro-Substituto
RELATOR